

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA
CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO PARANÁ (CONSEPIR)

Ata da Reunião Ordinária do CONSEPIR/PR – 03/04/2019

1
2 No terceiro dia do mês de abril do ano de 2019, às 09:00, no Palácio das Araucárias, Rua Jacy Loureiro
3 de Campos s/nº, Bairro Centro Cívico, nesta Capital, sala de Gestão, teve início a Reunião Ordinária do
4 Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CONSEPIR). Fizeram-se presentes, conforme
5 convocação prévia: **Conselheiros (as) Governamentais Titulares:** Ana Raggio (SEJUF), Janice
6 Cherpinski (SESP), Edna Aparecida Coqueiro (SEED), Lucimar Pasin de Godoy (SESA), Ticyana
7 Paula Begnini (SEDS) - manhã, Rosangela Aparecida de Souza (SEET) – tarde, Ademar Florentino
8 (SEAB), Waldemar Morello (Casa Civil) e Eliseu Raphael Venturi (SEPL). **Conselheiros (as)**
9 **Governamentais Suplentes:** Marisa da Costa (SESA) e Josemar Batista Carneiro (SEDS) - tarde.
10 **Conselheiros (as) da Sociedade Civil Titulares:** José Luiz Teixeira (Instituto Sorriso Negro), Melissa
11 Reinehr (Centro Cultural Humaita), Saul Dorval da Silva (Instituto Brasil África), Luiz Carlos dos
12 Santos (APP/Sindicato) - manhã, Juliana Chagas da Silva Mittelbach (CUT/PR), Nardi Terezinha
13 Casanova (União Cigana do Brasil) – manhã. **Conselheiros (as) da Sociedade Civil Suplentes:**
14 **Ndiaga Faye** (Centro Cultural Humaita), **Claudia Augusta dos Santos** (Dom da Terra AfroLGBTI) e
15 **Rosangela de Lima** (Grupo AfroVida). **Convidados (as) e Colaboradores (as):** William Barbosa
16 (Governadoria CasaCivil), **Abimael M.** (SEJUF) e **Isaac Ferreira** (SEJUF). **Período da manhã:** A
17 conselheira Ana Raggio informou que a estrutura das reuniões do CONSEPIR foram definidas para que
18 as reuniões dos Comitês ocorram primeiro, no período da manhã, e na sequência passa para o Pleno.
19 Posteriormente todos os conselheiros e convidados se apresentaram. **1. Reunião das Comissões:** A
20 conselheira Ana Raggio apresentou todas as comissões, com suas principais funções e finalidades.
21 Ainda, discorreu que quem tiver interesse em fazer parte das Comissões deve se manifestar para ser
22 realizada a definição da composição dos participantes. A conselheira Edna questionou se é possível
23 participar de duas Comissões, sendo titular ou suplente. A Conselheira Ana respondeu que pode ser
24 possível, porém na reunião das Comissões a pessoa terá que se fazer presente em todas as que estiver
25 participando, sendo de responsabilidade do Conselheiro administrar essa divisão. A conselheira Ticyana,
26 Ademar e José Luiz explicitaram interesse em participar da Comissão de Combate ao Racismo. A
27 Conselheira Ana Raggio sugeriu como encaminhamento que as Comissões iniciassem uma conversa
28 entre seus membros para organizar os assuntos que serão tratados por cada uma. A sugestão foi aceita
29 por todos. **2. Abertura:** O presidente Saul Dorval deu início à reunião, cumprimentando a todos. **3.**
30 **Aprovação da pauta:** A conselheira Juliana fez a leitura da pauta. A conselheira Rosangela sugeriu que a
31 reunião das Comissões não seja realizada no mesmo dia da Reunião do CONSEPIR, visto que há
32 necessidade de se realizar a leitura de documentos e isso acaba ocupando tempo de reunião, sendo que
33 duas horas não é suficiente para tratar de todas as questões das Comissões. Juliana sugeriu que esta

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA
CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO PARANÁ (CONSEPIR)

34 sugestão seja feita no ponto 6 da pauta. Ainda foi incluído uma nota de repúdio, sendo o ponto 15. Foi
35 incluso também o ponto 16 para discutir sobre a visita do presidente do Conselho nos municípios para
36 disseminar o trabalho do Conselho. A pauta foi aprovada. **4. Aprovação da Ata de novembro:** A
37 Conselheira Juliana realizou a leitura da Ata. Ao final da leitura a Ata foi aprovada. **5. Apresentação**
38 **SEJU – Plano Estadual:** A conselheira Ana Raggio iniciou a fala discorrendo que neste ano a vigência do
39 Plano Estadual chegou ao fim e é necessário fazer a prestação de contas, além a atualização do Plano.
40 Na reunião passada deliberou-se que as Secretarias começariam a fazer a apresentação dos resultados,
41 dessa forma, se colocou a disposição para iniciar este processo, visto que é representante da SEJU.
42 Informou que em decorrência da transição de representantes do Governo, ainda não foi possível trazer
43 para a reunião a prestação de contas relativa ao trabalho que está dentro da Secretaria de Justiça como
44 um todo. Portanto, a ideia é que ocorra em uma próxima reunião. Na sequência, a conselheira fez a
45 leitura do resultado das ações do departamento de Direitos Humanos da SEJU, onde encontra-se a
46 divisão de políticas para igualdade racial. Ana Raggio discorreu sobre a criação de um Fórum
47 Intermunicipal de Promoção de Igualdade Racial e participar do Fórum Nacional, neste participarão os
48 gestores (as), até o momento o CONSEPIR ainda não foi convidado a participar de nenhuma reunião, por
49 isso, a ideia foi fazer a capacitação antes para poder ser realizado o trabalho com o Fórum Intermunicipal.
50 Discorreu que a terceira ação era criar um canal de denúncias de discriminação racial, foi implementado
51 o SOS Racismo, aprovado pela Assembleia Legislativa. A conselheira Ana explicou que o 0800 recebe
52 denúncias de discriminação em razão de origem raça, cor, etnia ou religião; as pessoas que realizam a
53 denúncia são orientadas em como proceder na sequência e as denúncias são encaminhadas aos órgãos
54 competentes; seu funcionamento é no horário comercial, porém há uma gravação que orienta o
55 denunciante a ligar para o número 181 que é um disque denúncias do Estado, este número possui uma
56 parceria com o Conselho, onde todas as denúncias que recebem são encaminhadas para o CONSEPIR.
57 Ana Raggio informou, sobre a ação número 11, que a SEJU se compromete a fazer a impressão e
58 disponibilização do Estatuto do CONSEPIR no site. **6. Apresentação das Comissões: 6.1 Comissão do**
59 **Combate ao Racismo:** A conselheira Lucimar, representando a Comissão do Combate ao Racismo,
60 discorreu que a Comissão irá encaminhar um Ofício para a SESP e para o departamento de inteligência
61 da Polícia Civil, para realizar uma ação de monitoramento contra os movimentos racistas extremistas. O
62 presidente Saul adicionou que a Secretaria de Justiça também possui um setor de inteligência, que é
63 comandado por um delegado federal. A Conselheira Ana Raggio, explicitou que a função do setor de
64 inteligência da SEJU é relacionado a tecnologia e não para realizar monitoramento, ainda adicionou que
65 o setor específico para isso é da SESP. Foi questionado se as Comissões possuem autonomia para fazer
66 os Ofícios e enviar os e-mails aos órgãos competentes ou se é necessário passar pela Plenária para

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA
CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO PARANÁ (CONSEPIR)

67 chegar a um consenso. O presidente Saul ponderou que as Comissões devem ter sua autonomia
68 independente da Plenária. A Conselheira Lucimar retomou a palavra sobre outra ação que está sendo
69 encaminhada, que é um convite a ser feito para a Defensoria Pública para participarem de uma reunião
70 da Comissão de Combate ao Racismo, considerando encaminhamentos relacionados ao atendimento
71 das vítimas de racismo. A Conselheira Ana Raggio adicionou que todos os casos de racismo e de injúria
72 racial são de responsabilidade do Ministério Público, por este motivo, não seria apropriado convidar a
73 Defensoria Pública para auxiliar nessas deliberações. A DP é bastante útil quando é necessário fazer
74 uma ação privada ou na defesa. Ponderou que a participação de um representante do Ministério Público
75 na reunião seria mais vantajoso para auxiliar e ajuizar nas ações da Comissão. **6.2 Comissão de**
76 **Formação, Comunicação e Campanhas, Comissão de Acompanhamento de Política de Cotas:** A
77 Conselheira Rosângela pediu para fazer os informes desta Comissão juntamente com o da Comissão de
78 Acompanhamento de Política de Cotas. Na sequência, discorreu que foi sugerido como deliberação
79 promover a formação de conselheiros, com o intuito de informar e esclarecer conceitos importantes do
80 Conselho. Na sequência, outra ação discutida foi a de promover uma formação de política de cotas,
81 especificamente de como se deve trabalhar com esta política, foi indicado para fazer esta formação a
82 Dora Lúcia. Após estas formações, deve-se começar a pensar em normativas para a regulamentação de
83 como trabalhar o sistema de cotas e bancas de verificação, visando melhorar esta política. A Conselheira
84 informou que foi criado um grupo de whatsapp para facilitar a comunicação da Comissão e, também, foi
85 feito um grupo de e-mail para que todos tenham acesso a documentos relevantes. Ainda, discorreu sobre
86 uma dificuldade da Comissão, que é a grande quantidade de materiais para ler e estudar, além das
87 pautas da reunião que são extensas, diante disso, explicitou a dificuldade de trabalhar todos os assuntos
88 em apenas um dia de reunião. Assim, recomendou que cada Comissão tenha autonomia para escolher o
89 dia de reunião para facilitar a discussão de todos os questões pautadas e trazer para Plenária. A
90 conselheira Edna ponderou que as formações não devem ser realizadas no dia da Reunião Ordinária,
91 visto que seria breve e com pouco aproveitamento. Assim, sugeriu que a formação dos Conselheiros seja
92 realizada em um dia próprio para o evento e com uma carga horária de pelo menos 8 horas, incluindo um
93 certificado para o participante com o intuito de enriquecer o currículo e estimular a participação.
94 Adicionou, também, que outra questão para ser abordada na formação é o quesito raça cor. A conselheira
95 Ana Raggio discorreu que há possibilidade de fazer o processo de capacitação adicionando um dia a
96 mais na Reunião Ordinária, assim não haveria necessidade de fazer um processo licitatório, visto que
97 seria utilizado o espaço e recursos que a Secretaria disponibiliza. A Conselheira Juliana concordou com a
98 sugestão da Ana Raggio. **6.3 Comissão de Legislação:** O conselheiro Eliseu iniciou o relato da
99 Comissão informando que foi sugerido a todos os membros que fizessem um estudo para tratar das



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA
CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO PARANÁ (CONSEPIR)

100 questões que estão em pauta. Em relação a Lei 10.639, esta ação não foi abordada por motivo de
 101 ausência de um Conselheiro. O segundo ponto respectivo a boas práticas no fortalecimento dos
 102 Conselhos, foi deliberado algumas medidas a partir da necessidade de criação de Conselhos Municipais
 103 de Promoção da Igualdade Racial, identificou-se a necessidade de articulação com outros conselhos e
 104 escritórios regionais para integração nas próximas reuniões, inclusive com videoconferência. Em relação
 105 ao Estatuto de Igualdade Racial, os conselheiros deliberaram a necessidade de criar uma agenda com
 106 itinerário de Secretarias afetadas pelo Estatuto, com finalidade de atuação do presidente e conselheiros
 107 no trâmite das aprovações. Outra questão tratada foi sobre o Fundo, abordando a necessidade de se
 108 definir com maior especificidade a utilização destes recursos. Por fim, foi sugerido também criar um
 109 calendário de reuniões da própria Comissão em uma data diferente da Reunião Ordinária do CONSEPIR,
 110 ficando definido para às terças-feiras das 14h30 até 17h. **6.4 Comissão de Monitoramento do Plano**
 111 **Estadual:** O conselheiro Eliseu apresentou a pauta da Comissão, sendo o primeiro ponto sobre a
 112 deliberação do encerramento do Plano em 2019 a necessidade de prestação de contas políticas para a
 113 Secretaria sobre o cumprimento de metas, a Conselheira Juliana esclareceu a necessidade de
 114 estabelecer um documento padrão para realizar a requerida prestação, evitando-se problemas comuns
 115 de imprecisão nas demonstrações. Outro ponto deliberado foi em relação a necessidade de ser realizado
 116 um estudo junto a Secretaria do Planejamento sobre a inclusão no Plano Plurianual das metas,
 117 garantindo seu cumprimento. A conselheira Juliana adicionou que a Comissão ficou de oficiar todas as
 118 Secretarias para que a cada Reunião uma Secretaria possa apresentar a prestação de contas da
 119 execução do Plano 2017 a 2019, isso com base em um calendário para possibilitar esta ação. Atendendo
 120 a solicitação da conselheira Melissa, que para a próxima reunião de maio, a SEED possa fazer esta
 121 prestação de contas. A conselheira Ana Raggio apontou que existem 9 Secretarias de Estado incluídas no
 122 Plano, em vista disso, questionou se vai ser possível terminar as apresentações neste ano e ainda
 123 elaborar o novo planejamento, levando em consideração que as reuniões ocorrem uma vez por mês e
 124 faltam 8 meses para acabar o ano. A conselheira Juliana discorreu que se as reuniões fossem
 125 reestruturadas para ser o dia inteiro de Plenária, haveria possibilidade de apresentar duas Secretarias.
 126 Ana Raggio declarou que se o Conselho concordar que o calendário deve funcionar desta forma irá
 127 encaminhar uma solicitação para a SEJU, ponderando que a reunião das Comissões ocorram na tarde do
 128 dia anterior da Plenária, assim não haveria necessidade fazer o pagamento de duas diárias de hotel para
 129 os conselheiros que moram fora do Município. A conselheira Juliana citou que alguns conselheiros
 130 enfrentam uma dificuldade em relação à hospedagem, visto que alguns hotéis solicitam o check-out às
 131 14hr e a reunião ocorre durante todo o período da tarde, dessa maneira os conselheiros devem carregar
 132 suas malas de um lugar ao outro e ainda aguardar a saída do transporte às 23hr na rodoviária. Portanto,

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA
CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO PARANÁ (CONSEPIR)

133 os conselheiros ficam sem estadia das 17h30, horário que termina a reunião, até 23h e esta é uma
134 situação que traz risco a segurança. Ainda, solicitou que seja revisto a solicitação de extensão da
135 hospedagem para evitar possíveis problemas. Foi explicitado também que não deveria ser necessário os
136 conselheiros implorarem por uma hospedagem, visto que estão fazendo um trabalho voluntário de política
137 pública. A Conselheira Juliana discorreu que é necessário uma solução, visto que é um problema antigo.
138 O presidente Saul discorreu que esse problema será resolvido, mesmo que informalmente, visto que não
139 há quórum para deliberar. **7. FUNDEPIR:** Este ponto de pauta foi superado por decisão unânime. **8.**
140 **Políticas para inclusão da população negra no trabalho:** Uma das conselheiras discorreu que essa
141 questão será encaminhada para a Comissão de Comunicação e Campanhas na próxima reunião, pois o
142 objetivo é incentivar e informar os jovens sobre a utilização da política de cotas. Ainda, sugeriu retomar a
143 pauta em outro momento. O convidado Isaac tomou a palavra e discorreu que a Secretaria do Trabalho
144 possui um projeto, em parceria com a Wolkswagen Do Brasil e o Sistema FIEP que será lançado no mês
145 de Maio, tem como objetivo capacitar jovens com cursos profissionalizantes. Estes cursos irão ocorrer em
146 cidades com baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), atingindo comunidades carentes.
147 Adicionou, também, que o alvo são pessoas de baixa renda, independente da raça/cor, pois o objetivo é
148 capacitar todos os jovens para o mercado de trabalho. **9. XVI Encontro do Fórum Permanente de**
149 **Educação da Diversidade Étnico Racial do Paraná e realização de Audiência Pública:** Ponto de
150 pauta suspenso, por motivo de quórum insuficiente. **10. Festival Cultural:** O presidente Saul discorreu
151 que este festival é uma proposta que está sendo construída do Secretário Ney Leprevost. Ana Raggio
152 esclareceu que o objetivo do Secretário é de articular um festival de culturas paranaenses, dando
153 destaque para a população negra e indígena. Foi sugerido trazer o projeto para discutir na próxima
154 reunião. **11. Convites para falar no Conselho e formas de representação em agendas externas:**
155 Pauta solicitada pela conselheira Melissa. A conselheira Juliana discorreu que quando houver uma
156 representação externa deveria ser necessário um relato do que ocorreu neste evento, assim dando
157 prioridade à transparência. **12. Reunião do Conselho no interior do Estado:** Não houve quórum para
158 deliberação desta pauta. A conselheira Ana Raggio solicitou que a cidade seja escolhida o quanto antes.
159 Ainda, lembrou para os conselheiros que não possuem o cartão corporativo que verifiquem o processo
160 para agilizar, visto que será necessário para fazer a viagem. **13. Situação do COMPER Curitiba:** O
161 ponto de pauta não foi discutido por ausência de quem o solicitou. O presidente Saul discorreu que na
162 reunião passada foi deliberado um ofício ao COMPER para que realizasse as eleições. **14. Informes:** Os
163 outros pontos de pauta não foram discutidos por ausência de quórum para deliberação. **15.**
164 **Encerramento:** Por fim, sem mais assuntos a serem tratados o presidente Saul encerrou a reunião. A
165 presente Ata foi lavrada por Geisiele Lopes Mazza Ribeiro, da Divisão de Apoio aos Conselhos –



**SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA
CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO PARANÁ (CONSEPIR)**

- 166 Departamento de Direitos Humanos e Cidadania (DEDIHC) e, após sua leitura e aprovação, será
167 anexada à cópia da lista de presença assinada pelos integrantes presentes nessa reunião.